FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

Seminário

O ORÇAMENTO DO ESTADO 2027

Senhor Ministro das Finanças, Senhores empresários e dirigentes associativos.

Gostava de começar por agradecer à AESE mais um ano de colaboração na organização deste seminário, à Deloitte e à J+Legal a colaboração especializada e muito apreciada na área da fiscalidade e aos diversos oradores que aceitaram partilhar connosco os seus conhecimentos, opiniões e previsões.

Saúdo especialmente a presença do Senhor Ministro das Finanças que muito nos honra. E digo especialmente porque tivemos durante anos a sua generosa e valiosa colaboração na

Praça das Indústrias 1300-307- Lisboa
21 360 1021
geral@forumcompetitividade.org

folha de conjuntura do FpC e conhecemos as suas capacidades para melhorar a política orçamental e torná-la mais clara para os agentes económicos.

Se a política de cativações de governos anteriores serviu para reduzir a dívida e criar um espírito de responsabilidade orçamental, não é apesar de tudo alternativa credível a uma gestão financeira clara apontada para as reformas necessárias.

Daí a pergunta posta na intervenção seguinte pelo nosso Vice-Presidente Professor António Nogueira Leite **Ainda há política orçamental?**

A primeira mesa-redonda, moderada pelo Dr. Luís Belo, Partner e Tax Leader da Deloitte analisará as principais

Praça das Indústrias 1300-307- Lisboa
21 360 1021
geral@forumcompetitividade.org

consequências do OE 2027 para a actividade empresarial ou seja **O QUE LÁ ESTÁ**.

E a segunda mesa redonda, moderada pelo Dr. José Eduardo Carvalho, Presidente da AIP-CCI analisará **O QUE LÁ NÃO ESTÁ** ou seja questões essenciais para a competitividade da economia portuguesa que não estão contempladas no OE 2027.

Se é certo e muito positivo que o país interiorizasse, depois de três resgates, que só pode viver e progredir em equilíbrio externo e com as contas certas não conseguiu, contudo, até hoje os acordos políticos necessários a politicas de médio prazo indispensáveis à criação de confiança nos agentes económicos e ao crescimento de novas actividades e novos empregos, num mundo em mudança acelerada.

Praça das Indústrias 1300-307- Lisboa
21 360 1021
geral@forumcompetitividade.org

FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

O nosso sistema constitucional não consegue gerar maiorias estáveis e nem com uma queda gigantesca das esquerdas nas últimas eleições foi possível criar uma maioria para a revisão constitucional.

Vivemos no curto prazo num período que exige grandes mudanças e tempo.

A inflação com que voltámos a ter de conviver e as alterações radicais do emprego pelo desenvolvimento da IA são os próximos desafios.

No que diz respeito à inflação as oposições ... e a rua pedem isenções do IVA, a maneira mais cara e menos eficaz de ajudar os mais atingidos, quando, muito provavelmente viremos a ter de tributar mais os consumos dos estratos mais elevados.

Praça das Indústrias 1300-307- Lisboa
21 360 1021
geral@forumcompetitividade.org

A prazo mais longo com a diminuição do emprego pela IA os sistemas fiscais europeus que assentam muito na tributação do trabalho através do IRS e das contribuições para a segurança social vão ter de se adaptar fortemente.

Neste aspecto temos assistido até ao crescimento das despesas públicas correntes para agradar aos eleitores no curto prazo, inviabilizando o desagravamento fiscal do investimento na habitação e em novas actividades mais bem remuneradas.

Se quisermos reflectir com mais detalhe e profundidade sobre o que teremos de fazer de reformas encontramos no pacote da Primavera de semestre europeu de 2026 as propostas da Comissão de recomendações especificas para Portugal, resumidamente:

Praça das Indústrias 1300-307- Lisboa
21 360 1021
geral@forumcompetitividade.org

a) Assegurar que as despesas líquidas orçamentais respeitem as taxas máximas de crescimento recomendadas pelo Conselho em Janeiro de 2025, recorrendo à flexibilidade prevista para as despesas de defesa permitindo o seu aumento estrutural,

b) Assegurar que as medidas adoptadas para atenuar o impacto do aumento dos preços da energia tenham um carácter temporário e sejam orientadas para proteger os agregados familiares vulneráveis,

c) Assegurar a sustentabilidade orçamental a médio prazo do regime de pensões e promover regimes complementares de pensões,

d) Melhorar a eficácia do sistema fiscal; temos 4.300 impostos e taxas, 530 benefícios fiscais e 89 benefícios só em sede de IRC!,

Praça das Indústrias 1300-307- Lisboa
21 360 1021
geral@forumcompetitividade.org

e) Simplificar a regulamentação, reduzir os encargos administrativos sobre as empresas, os obstáculos ao licenciamento industrial e outros entraves à sua capacidade de expansão,

f) Promover o investimento privado em capital de risco e capitais próprios para as empresas locais e diminuir a duração dos processos fiscais,

g) Apostar no investimento, na investigação e inovação,

h) Recalibração do modelo fiscal da habitação.

É um esforço reformista muito grande aquele que é necessário.

Não sei se isto os consolará mas o governo alemão tem como prioridades reformar:

a) O mercado de trabalho

b) A redução da burocracia

c) A segurança social

d) A fiscalidade

Não podemos continuar a alimentar a ilusão de que como somos pequenos continuaremos a ser ajudados como fomos nos últimos 40 anos.

Acredito que podemos conseguir!

Lisboa, 12 de Novembro 2026

Praça das Indústrias 1300-307- Lisboa
21 360 1021
geral@forumcompetitividade.org

FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

Comissão especializada da

AIP Associação Industrial Portuguesa

Praça das Indústrias 1300-307- Lisboa

21 360 1021

geral@forumcompetitividade.org